

## Conquistas lusitanas no além-mar: os jesuítas na guerra de Sergipe de 1590

---



Ane Luíse Silva Mecnas Santos

Mestre em História  
Universidade Federal da Paraíba

---

### Resumo:

No século XVII, a ação jesuítica se intensificou no litoral da colônia lusitana do Novo Mundo. A partir das disputas entre colonos e jesuítas tem início o processo de colonização nas terras acima do Rio Real. Tais disputas foram marcadas pelos interesses dos jesuítas em novos fieis e pela conquista dos portugueses de novas possessões de terras. Entretanto, o projeto de ampliação dos domínios lusos esbarrava nos interesses dos índios. Identifica-se esse como o momento que marcou os primeiros contatos dos jesuítas com os gentios que viviam além do Rio Real. Para a construção de tal hipótese, utilizamos as cartas anuais, que possibilitaram observar o discurso do colonizador e seus estranhamentos com a cultura do gentio. Neste trabalho, serão evidenciadas as dificuldades iniciais do contato e, principalmente, o papel da congregação como interlocutora entre os interesses do colonizador em dominar a área e os indígenas da localidade, tidos como "indóceis".

---

### Palavras-chave:

Sergipe — História — Século XVII  
Jesuítas — Missões — Sergipe  
Índios

Este artigo é fruto da pesquisa sobre a presença dos jesuítas na aldeia do Geru, capitania de Sergipe Del Rey, parte de meu Mestrado em História, na Universidade Federal da Paraíba, desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Mary Oliveira, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Desde a chegada dos portugueses ao Novo Mundo poucos são os registros que apontam a passagem dos súditos da metrópole nas terras compreendidas entre o Rio Real e São Francisco, até os primeiros contatos entre os jesuítas e índios da localidade, em 1575. Esse período compreende décadas nas quais a região foi praticamente um hiato no processo de colonização. Dentre os registros pontuais encontrados, Nunes destaca a expedição exploradora comandada por Gaspar de Lemos, assim como o registro no Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza, datado de março de 1531.<sup>1</sup>

Durante os primeiros anos da colonização portuguesa no Novo Continente, as terras que hoje compõe o estado de Sergipe integravam a Capitania da Bahia, como determinava a Carta de Doação de 5 de abril de 1534 ao senhor Francisco Pereira Coutinho.<sup>2</sup> No entanto, ela não tinha sido alvo de efetiva colonização e estava abandonada pela atuação portuguesa. Era uma área marcada pelas repetitivas querelas entre o português e o gentio, nos momentos em que ocorriam incursões dos lusitanos nas “Terras de Serigy”.<sup>3</sup> Os atritos contribuíram para a cristalização de um discurso negativo da imagem dos índios.<sup>4</sup> No entanto, os gentios que ali viviam mantinham “aliança comercial com os franceses, interessados na exploração de pau-brasil”.<sup>5</sup> Segundo Nunes, “a ação da presença de Francisco Pereira Coutinho não atingiu Sergipe. Desse abandono aproveitaram-se os piratas franceses para o contrabando do pau-brasil e outros produtos extrativos da região, contando com a colaboração dos Tupinambás que aí habitavam”.<sup>6</sup> Isso evidenciava que os povos nativos faziam distinção entre os europeus, aproximando-se dos franceses e combatendo os portugueses, chamados pêros. Com isso, a colonização da Capitania da Bahia permaneceu durante vários decênios limitada a Salvador, evidenciando os problemas da conquista efetiva das terras do Novo Mundo.

1 Maria Thétis Nunes, *Sergipe Colonial I*, Aracaju, Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, p. 17.

2 “Foral da capitania da Bahia e cidade de São Salvador, 25 de agosto de 1534”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 28 (1855), p. 159.

3 Termo usado pelos portugueses para denominar as terras onde viviam os índios que tinham por cacique Serigy. Corresponde ao atual Estado de Sergipe.

4 Isso ocorreu devido aos ataques que as tropas lusitanas sofreram ao longo do processo de conquista.

5 Felisbelo Freire, *História de Sergipe*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, Governo do Estado de Sergipe, 1977.

6 Nunes, *Sergipe Colonial I*, p. 19.

A tensa relação entre lusos e gentios passou a ter maiores repercussões em decorrência dos constantes ataques empreendidos aos portugueses pelos índios que habitavam as terras compreendidas entre o Rio Real e o Rio São Francisco. Dentre esses ataques, podemos destacar o episódio da morte do bispo Sardinha. Nos idos de 1556, iniciou-se as perseguições aos índios Caetés que viviam nas terras entre o Rio São Francisco e o Rio Real, incentivadas pelo Governador Geral, Mem de Sá, como forma de represália à morte do bispo Sardinha, conforme atesta Anchieta:

Neste dito ano de 1562, estando todos os índios com muita paz e quietação em suas igrejas e fazendo-se muito fruto nas almas quis o governador Mem de Sá castigar os índios dos Caaeté, que estavam além do rio de São Francisco para Pernambuco, por terem morto o bispo Dom Pedro Fernandes, e outra muita gente que desta Baía partiu para o reino em uma nau, que ali foi dar à costa no ano de 1555 ou 1556, e porque os moradores desta Baía diziam, que entre este gentio daqui morador e o de Cirigipe, donde está o engenho de Dom Fernando, e entre o gentio de Paraguaçu e Jaguarig havia muito gentio daquele Caaeté, e que tinha entrada uns com os outros, pronunciou o dito governador sentença contra o dito gentio do Caaeté, que fossem escravos, onde quer que fossem achados sem fazer exceção nenhuma, nem advertir no mal que podia vir à terra.<sup>7</sup>

Para Nunes, essa perseguição aos índios promoveu “uma maior aproximação entre os nativos da localidade e os franceses”.<sup>8</sup> Laços econômicos eram estreitados em decorrência da antipatia gerada pela perseguição portuguesa aos gentios. Nessa teia de acontecimentos, vê-se que a região passou, a cada evento, a ser mais disputada. Para Anchieta aquela não era apenas uma luta travada nas terras do Novo Mundo: era uma batalha para a qual os inacianos deveriam se preparar, pois envolvia “a atuação silenciosa e destemida do demônio”.<sup>9</sup> Para o jesuíta, aquele era um obstáculo imposto pelas forças “sombrias” no intuito de dificultar o processo de conversão. Esse conflito marcado pela morte, pela guerra e pela perseguição deveria ser combatido com os “remédios da alma”. Anchieta chama a atenção para outro ponto:

7 José de Anchieta, *Primeiros aldeamentos na Bahia*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 12-13.

8 Nunes, *Sergipe Colonial I*, p. 21.

9 Anchieta, *Primeiros aldeamentos na Bahia*, p. 12.

Vendo os Índios os insultos e agravos que os Portugueses lhes faziam em os cativar, assim os das igrejas mais principais que tínhamos, e todo o mais gentio que estava por esta terra, e pelas falsidades que os Portugueses por si por seus escravos lhes diziam da guerra que lhes haviam de dar, e êles viam pelo olho como eram salteados, se levantou parte do gentios de Paraguaçu e Cerigipe, indo-se para o sertão.<sup>10</sup>

Havia a necessidade de colonizar a área e dominar os índios que ali viviam. A colonização teria algumas vantagens. Primeiramente, acabaria com o comércio de pau-brasil dos franceses. Além disso, solucionaria também o problema da comunicação entre as Capitanias do norte e sul, bem como forneceria mão de obra indígena para os colonos portugueses. De acordo com a historiografia sergipana, esses três motivos foram cristalizados como justificativa para a colonização das terras acima do Rio Real. Diante dessa perspectiva, este artigo tem como foco o processo de conquista de Sergipe. O propósito é compreender a participação dos jesuítas na catequese indígena ao longo do processo de colonização da Capitania de Sergipe d'El Rey, ou seja, entender a relevância da congregação religiosa para a efetivação da conquista.

A alternativa encontrada para solucionar os “conflitos” na região foi o envio dos padres jesuítas. Esse seria um dos passos da conquista; uma conquista marcada, inicialmente, pelo processo de “sacralização” do espaço. Dentre suas atividades, os padres da Companhia de Jesus deveriam “ensinar as coisas da salvação” aos índios daquela localidade. A atuação dos inicianos foi, assim, permeada pelos interesses da Coroa Portuguesa em dominar a região. Interesses religiosos, políticos e econômicos se entrelaçam.

## Os jesuítas em zonas de fronteira

A presença dos jesuítas na Capitania de Sergipe é identificada desde a primeira tentativa de colonização, ainda no século XVI. Na área compreendida entre as Capitanias da Bahia e Pernambuco, da mesma forma como em outras partes da América, a Companhia de Jesus desempenhou um papel importante na estruturação da colonização, favorecendo assim o domínio dos europeus.

10 Anchieta, *Primeiros aldeamentos na Bahia*, p. 13-14.

A relação entre o governo português, senhores de gado, gentios e jesuítas pode ser compreendida a partir do processo de colonização das terras além do Rio Real. Naquele contexto se encontravam atores com interesses distintos, muitas vezes dicotômicos. Ao longo do processo de conquista de Sergipe, isso resultou num choque de planos, cujo desfecho prejudicava, de certa forma, o projeto arquitetado por todos os atores envolvidos.

Dentre esses projetos peculiares podemos salientar um acordo travado entre o governador Luís de Brito e os padres da Companhia de Jesus, acerca da escravização dos gentios. Em 1574, na Bahia, o então governador Luís de Brito, acompanhado do ouvidor geral e provedor mor da fazenda, juntamente com alguns jesuítas, assim determinou:

Mandam, que nenhum Índio nem Índia das aldeias, onde os Padres residem, e assim das mais aldeias, que estiverem junto de nossas povoações, e de pazes com os Portuguezes, e postas de nossas mãos por ordem dos capitães, não haja resgates com as pessoas por nenhum modo que seja, sòmente haverá comércio, como se fosse entre Portuguezes vendendo ou comprando, e resgatando mantimentos, e outras coisas necessárias que fizerem por seus trabalhos; o que se fará com licença de quem a puder dar, como até aqui se fez. Qualquer Índio ou Índia, que fugir das ditas aldeias para outro gentio, que não está de pazes com os Portuguezes, e se deixar lá andar por espaço de um ano ou mais, este tal poderá ser resgatado, como outro qualquer, e não lhe valerá o privilégio que tinha das aldeias. nenhuns índios e índias poderão ser cativos e havidos por escravos, salvo aquêles que forem tomados em guerra lícita, dada com a solenidade abaixo declarada, e assim serão escravos aquêles que os índios tomarem em guerra, e os tiverem em seu poder por serem seus contrários, e assim serão escravos os que por sua própria vontade se venderem, passando de 21 anos, declarando-lhes primeiro que coisa é ser escravo.<sup>11</sup>

Luís de Brito corroborava com o caráter ambíguo que caracterizava a legislação indígena no período. No primeiro momento, isentava os indígenas que viviam nas reduções jesuítas da escravidão. Sentenciava que o gentio não podia se ausentar do espaço sacralizado da aldeia. Aquele espaço se assemelhava a um cubo de vidro que separava o mundo português, profano, do mundo de “Deus”, sagrado. A escolha por um dos dois mundos, de acordo com o discurso, pareceu traçar o caminho do

11 Anchieta, *Primeiros aldeamentos na Bahia*, p. 32.

gentio, podendo levá-lo ao “céu” ou ao “inferno”. Como se fossem dois espaços totalmente dissociados, ali coexistia interesses semelhantes: o da conversão ao trabalho e à fé cristã.

Nessa passagem, além do caráter dicotômico do discurso, e deixando de lado a observação teológica, podemos identificar uma descrição do gentio como sujeito ativo desse processo de conquista. A sua escolha, seu “livre arbítrio” – não tão livre assim – evidencia um indígena que, mesmo com as tais “regalias” atribuídas ao gentio aldeado, podia não querer ser “protegido”.

O governador tentava, nas suas deliberações, pôr fim a um dos problemas enfrentados pelos portugueses nos primeiros anos de colonização: a comercialização dos índios com outros europeus. A decisão de que o comércio, seja de venda ou troca, ocorresse apenas com o português não surtiu efeito nas terras acima do Rio Real, visto que nesse período havia um estreito laço comercial entre os índios daquela localidade e os franceses, que contrabandeavam, dentre outros produtos, o pau-brasil. Dessa forma, percebemos que esses “nativos” não cumpriam com nenhuma das determinações apontadas por Luís de Brito. Para solucionar o problema, uma brecha se encontrava presente no discurso, pois os índios poderiam se tornar cativos se fossem apreendidos em “guerra justa”. Essa foi a justificativa adotada para a guerra de 1575.

Contaremos com o testemunho dos jesuítas para tratar desse momento de conquista de Sergipe. Esses documentos também nos ajudam a apreender os métodos de conversão empregados no primeiro momento da conquista e a observar os silêncios a alguns interesses. Dentre os interesses, podemos destacar o que nos aponta Castelnau-L'Estoile. A autora assinala que os gentios de Sergipe realizaram o “sonho jesuítico de aldeia”, pois foram eles que propuseram aos inácianos viver em comunidade sob “a lei de Deus”. Para ela, “a missão de Sergipe dirigida pelo Pe. Gaspar Lourenço é emblemática dessa evangelização perturbada por inimigos exteriores; o relato dessa missão [...] resume toda a história da missão brasileira”.<sup>12</sup>

Os primeiros registros que comprovam a ocupação jesuítica nos limites além do Rio Real são datados de 1575, com a fundação das aldeias de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo pelo padre Gaspar Lourenço e pelo irmão

12 Charlotte de Castelnau-L'Estoile, *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil — 1580-1620*, Bauru, EDUSC, 2006.

Salônio. O documento que atesta sua presença é uma carta, datada de 7 de setembro de 1575, de autoria do padre Inácio de Toloza.<sup>13</sup>

A localização dessas aldeias é apresentada por Nunes ao indicar a primeira a “seis léguas distantes do rio Real, Santo Inácio, 10 ou 12 léguas para o Norte, às margens do rio Vaza-Barris, provavelmente onde se encontra a cidade de Itaporanga e São Paulo, junto ao mar”.<sup>14</sup> Em 28 de fevereiro de 1575, os dois jesuítas, acompanhados de um capitão e alguns colonizadores enviados pelo governador Luís de Brito, chegaram às proximidades do Rio Real. De acordo com a carta do Padre Inácio de Toloza, naquele dia foram os padres visitar uma aldeia de índios, localizada a seis léguas do referido rio.

Sabendo os da aldeia que vinham, saíram todos com grande alegria a recebê-los, com grandes choros, como costuma fazer, trazendo cada um algum presente ao padre, conforme sua pobreza, como farinha, batatas, e cousas semelhantes, e foi hospedado de um principal, com muitas caridades, assim ele, como todos os índios que tinham em sua companhia, repartindo-os por todas as casas.<sup>15</sup>

Com base no documento, percebe-se que o relato não apresenta a cena de forma desfocada. O relator busca enfatizar o caráter humano do primeiro contato entre o gentio e os jesuítas quando narra a recepção com “choro e alegria”, mostrando aos seus superiores que há “salvação” para aquele povo, mas, principalmente, que eles queriam e aceitavam “a lei de Deus” e queriam sair da “cegueira” na qual se encontravam. Outra virtude destacada no relato, além da emoção, é a caridade, prática primordial para o bom cristão, sendo a chegada motivo de tamanha felicidade que, mesmo pobres, lhe retribuíram a visita com presentes. Assim, se pode compreender a importância da carta de Toloza como testemunho das primeiras tentativas de conversão nas terras da futura Capitania de Sergipe. Contudo, é preciso observar atentamente os objetivos do documento e quais suas intenções.

As cartas ânuas eram relatórios de prestação de contas da ação dos jesuítas nas mais diversas localidades em que atuavam. Normalmente eram elaboradas por um padre que não visitava todas as localidades, ou seja,

13 Portugal, Biblioteca Nacional de Portugal (PT BNP), códice 41.532, ff. 161-167, *Carta de Padre de Toloza ao Padre Geral da Companhia de Jesus de sete de setembro de 1575*.

14 Maria Thetis Nunes, *Sergipe Colonial II*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 225. A medida légua equivale a 6.600 metros.

15 PT BNP, cód. 41.532, ff. 161-167, *Carta de Padre de Toloza*.

constituíam-se em testemunhos de algo já relatado por outro religioso. Nesse sentido, sua elaboração percorria algumas etapas desde a visualização do fato, passando pela filtragem dos acontecimentos para o superior, para só então o informante criar a narrativa escrita apresentada no documento oficial que seria enviado a Roma. Com esses registros era possível mapear e controlar a execução do projeto de catequese a longa distância, verificando as áreas de domínio, os êxitos e fracassos da Companhia. Devemos lembrar que, assim como todos os documentos, as cartas são permeadas por intencionalidades e, no caso dessas, mostram a consolidação da prática catequética, além das diversas possibilidades de estabelecer missões em locais ainda não povoados e que “carecem das doutrinas cristãs”.

Outro ponto apresentado no registro é o número de gentios atendidos pelas práticas catequéticas. Estas não se limitavam ao espaço da aldeia, levando o “consolo” às almas de todos que viviam nas proximidades. Além disso, no relato são identificados pontos positivos do projeto de catequese, bem como sua fácil “aceitação”: parece um processo de mão única. De acordo com o registro, no contato os índios, até então “indomáveis” pelos portugueses, se apresentavam a partir daquele momento de forma hospitaleira e manifestavam interesse em aprender a doutrina e assistir as missas. Na mudança do discurso parece que os atores também mudaram: deixaram, do dia para a noite, as práticas “bárbaras” de matar os portugueses.

Nesses discursos, os autores deixavam impregnados em seus escritos a cultura histórica de seu tempo, assim como seus saberes. No caminho entre o projeto e a sua execução são evidentes as marcas culturais deixadas nos dois lados. No caso dos jesuítas, os saberes sobre a cultura gentílica, imortalizados em seus escritos, foram adquiridos pela observação. No discurso apresentado ficou nitidamente colocada a voz do colonizador, que busca uma mudança de estratégia para efetivar o plano inicial. Contudo, para efetivar a catequese, os jesuítas se moldavam às necessidades locais, adaptando as bases sólidas do dogma às especificidades do solo em que desejavam semear.

Percebe-se que a estratégia de aglutinar a população indígena em aldeamentos era parte integrante da colonização no intuito de “civilizar” os índios, atendendo assim tanto aos interesses da Igreja na catequização dos infiéis quanto à preparação de mão de obra para os colonos. Essa aglutinação não se referia apenas a colocar todos os indivíduos para viver no mesmo



espaço, mas estava diretamente relacionada à alteração de toda dinâmica do local.

No entanto, ressaltamos que o espaço da aldeia também era visto como um perigo pelos membros da Companhia. A aldeia era espaço de risco, onde os religiosos poderiam “perder a identidade jesuítica e a disciplina, ou, o que era pior ainda, cair em pecado”.<sup>16</sup> Nesse pecado destaca-se a figura da índia, tida como sua própria encarnação. Por isso, os padres contavam com a visitação do superior uma vez por ano nas aldeias, para que pudessem renovar os votos. A aldeia era percebida como um espaço de provas espirituais e, principalmente, como “espaço de experiência pedagógica”.<sup>17</sup> Faz-se necessário observar que os índios não participavam desse processo como meros objetos da prática de conversão. A resistência que culminou na mescla de valores era identificada nas ações catequéticas.

As práticas diárias passam a ter uma nova rotina, como rezar pela manhã, ir à missa e estudar. Os jesuítas deveriam ter total controle do espaço sagrado da aldeia. Não se moldava apenas a fé do gentio, se moldavam corpos e costumes para alcançar o êxito, modificar o comportamento, fazendo da repetição das atividades uma forma de facilitar o aprendizado. Na aldeia de São Tomé “o padre Gaspar de Lourenço, junto com o Irmão Salônio, fundaram uma escola para crianças chamada de São Sebastião”.<sup>18</sup> A carta do padre Inácio de Toloza relata que ensinavam na escola pela manhã, à tarde e a noite.

Um índio de nossas aldeias ia tangendo a campainha por toda a aldeia e assim acudiam muitos diante da casa, donde o padre os ensinava as causas de nossa santa fé e o irmão tomou cargo da escola dos moços, que foram a princípio cinqüenta e depois chegaram até cem e em breve tempo sabiam as orações e a um que principalmente residiu com os índios, por que para eles principalmente eram enviados, acudia também com alguns cristãos que estavam de ali a algumas seis léguas, consolando-os com dizer-lhes missa e confessando-os e um dia chovendo para esta aldeia de S. Tomé os consolou Deus Nosso, porque estando em roda dela, ouviram grandes vozes diante da casa, onde moravam e era um moço da escola de S. Sebastião que o padre havia deixado, para que vigiasse pelas casas e que estava

16 Castelnau-L'Estoile, *Operários de uma vinha estéril*, p. 132.

17 Castelnau-L'Estoile, *Operários de uma vinha estéril*, p. 140.

18 Aurélio Vasconcelos de Almeida, “Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe, Pe Gaspar de Lourenço”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 21, 1995.

ensinando a doutrina aos meninos das aldeias e depois os fazia persignar e santificar por si a cada um, e isto fez todo o tempo que esteve ausente, que foram nove dias.<sup>19</sup>

Pela quantidade de alunos relatada, pode-se imaginar as dimensões da propagação da cultura cristã na referida aldeia, chegando a contribuir também com a catequese de colonos que viviam nas imediações. Convém destacar, conforme evidencia o texto, que a aprendizagem das orações era rápida. No entanto, fica a dúvida quanto às práticas pedagógicas utilizadas durante as aulas, não relatadas no texto, embora seja possível identificar que a repetição dos hábitos ensinados era a forma mais utilizada para que o gentio pudesse apreender os costumes cristãos e, assim, modificar seu comportamento. À medida que o gentio aprendia as orações, participava das missas e da confissão havia a verificação da eficácia dos conhecimentos ensinados, que podia ser apontada pela repetição das práticas sem a presença dos jesuítas na localidade. A sacralidade foi difundida não apenas pela palavra, pois o espaço da aldeia de São Tomé também sofreu alterações. Por exemplo, foram erguidas uma cruz na aldeia, que possuía a dimensão de oitenta palmos, e uma igreja de pindoba, denominada Nossa Senhora da Esperança. Eram modificados, assim, o espaço, as práticas diárias e a mentalidade.

A segunda aldeia a ser visitada situava-se na “perigosa” região dominada pelo índio Surubi, temido por ser responsável pela morte de alguns colonos. De acordo com a carta, os padres foram convidados a conhecer a referida aldeia. Esta ficava mais perto do rio Vaza-Barris, provavelmente “nas proximidades do atual município de Itaporanga”,<sup>20</sup> “a dez ou doze léguas de S. Thomé, por mui ruim caminho”.<sup>21</sup> O convite não foi atendido de prontidão, pois os padres ficaram receosos e dificultaram a visita. Mas, de acordo com o relato, foram muito bem recebidos. Para comer foram oferecidas quatro espigas de milho. Durante a sua estadia, fundaram a segunda Igreja nas terras de Sergipe, denominada de Santo Inácio, cortaram madeira e fizeram a cobertura de palha. A igreja atenderia às “mil almas” que ali se encontravam.

19 PT BNP, cód. 41.532, ff. 161-167, *Carta de Padre de Toloza*.

20 Freire, *História de Sergipe*, p. 5.

21 PT BNP, cód. 41.532, ff. 161-167, *Carta de Padre de Toloza*.

Muitas outras aldeias foram também visitadas pelo padre Gaspar Lourenço. Entretanto, em apenas três foram erguidas igrejas. A terceira ficava próxima ao mar. Era a aldeia do índio Serigi. Como chegaram à localidade na véspera de São Pedro e São Paulo, 28 de junho de 1575, levantaram a cruz e fizeram a igreja cuja invocação foi dedicada a São Paulo.

Nessas visitas, além da doutrinação pelas orações, pelas missas e pela confissão, também eram realizados batismos. Percebe-se que o sacramento do batismo era ministrado, conforme o documento, preferencialmente às pessoas que se encontravam próximas da morte:

Na aldeia de S. Thomé baptisaram outra índia, estando já a morrer, e assim que quando o Padre lhe fallava, mostrava pouca vontade disso, parecendo-lhe que só se batisasse logo havia de morrer que lhe ensinava o demônio, porque como os padres agora não batisavam senão as que estavam à morte, pareceu-lhe que em baptisando-se logo havia de morrer. Mas outro dia visitando-a elle padre e dizendo-lhe que se não queria o inferno era necessário batisar-se, Ella disse que o desejava muito, que o dia e antes quando soltou algumas palavras foi porque não estava em seu entendimento e assim depois de bem instruída, a baptisou o Padre e assim dahi a três dias foi gosar de seu creador, e enterraram-na na porta da igreja com a solenidade que se costuma em nestas aldeias e ficaram todos admirados de vel-o.<sup>22</sup>

Essa “falta de vontade” diante do batismo e do sacramento pelos indígenas eram vestígios da resistência e do confronto no projeto de catequese. Observa-se que, nesse discurso “carregado de impressões positivas”,<sup>23</sup> o processo não foi tão simples assim. A partir desse relato é possível destacar outro aspecto importante no processo de conversão: o cuidado com os mortos e com os doentes. Na morte, a figura do demônio e medo de que ela ocorresse sem o sacramento pairavam sobre a atividade dos jesuítas. Era necessário velar o doente e evitar que o mesmo partisse sem o sacramento necessário, o que seria um perigo tanto para a alma do índio como para a do próprio jesuíta.

O missionário deve então se deslocar para visitar os doentes. A agonia dos índios é um momento chave, onde estão em jogo ao mesmo tempo a salvação do índio e a do missionário. Se um índio morre sem o sacramento, o missionário se achará

22 PT BNP, cód. 41.532, ff. 161-167, *Carta de Padre de Toloza*.

23 Charles R. Boxer, *A igreja militante e a expansão ibérica — 1440-1470*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 118.

responsável por isso aos olhos de Deus. Nessa economia da salvação, a salvação do missionário está estreitamente ligada à de suas ovelhas.<sup>24</sup>

Para auxiliar na doutrinação cristã, foram enviados para as aldeias de Sergipe o padre João Pereira e o irmão Pero Leitão. Dessa forma, os membros da Companhia foram redistribuídos entre as aldeias, facilitando o contato e mantendo a permanência nas localidades. O Padre Pereira, junto com o irmão Salônio, se tornou o responsável pela igreja de São Tomé. Já o padre Gaspar de Lourenço e o irmão Pero Leitão “ficaram nos limites do índio Surubi, na Igreja de Santo Inácio”.<sup>25</sup>

Contudo, esses aparentes momentos de calma seriam suplantados pelos conflitos entre colonos e gentios. Apesar dos relatos dos padres da Companhia informando os êxitos no projeto de catequese, um clima tenso pairava no ar: os colonos instigavam o governo, relatando problemas bem como animosidades na região, que se intensificaram após o governador Luís de Brito ter delegado a colonização da mesma a Garcia D’Ávila. Para Capistrano de Abreu, “Luís de Brito de Almeida pretendeu passar além do rio Real e incorporar Sergipe. Já os jesuítas tinham preparado o terreno para a penetração pacífica por meio das missões, mas a cobiça dos colonos e as manhas de alguns mamelucos tudo arruinaram”.<sup>26</sup> Os campos além do Rio Real passaram a se tornar cada vez mais importantes para a expansão dos rebanhos de gado, aguçando os interesses dos senhores de terra do Recôncavo pela região, que exigiam do governador a retirada dos índios. Desse modo, “os jesuítas, em muitos momentos, elogiavam a atuação de Garcia D’Ávila, contudo, ao passo que ambos passaram a disputar a posse da mesma região, começaram a combatê-lo”.<sup>27</sup>

Em 25 de novembro de 1575 o governador Luís de Brito seguiu para a região do Rio Real, acompanhado de portugueses e escravos. Participou, no dia 21 de dezembro de 1575, da festa de São Tomé, na aldeia de mesmo nome.<sup>28</sup> O padre João Pereira celebrou a missa, ministrou a comunhão e em seguida fez uma procissão. No dia seguinte tinha início a

24 Castelnau-L’Estoile, *Operários de uma vinha estéril*, p. 148.

25 Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Lisboa, Portugal, 1938, t. I, p. 442.

26 Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial — 1500-1800*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Publifolha, 2000, p. 96-97.

27 Maria Thetis Nunes, “A integração do território sergipano à colonização portuguesa”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 408 (2000), p. 193.

guerra contra os índios Serigi e Surubi, apesar das diversas ressalvas apresentadas pelos padres da Companhia:

Os índios estavam quietos, e se aparelhavam para serem cristãos confinados no amparo das igrejas que tinham e com isso ficaria a costa segura para irem e virem por terra da Bahia para Pernambuco, porque tinham já sido feitos as pazes com outras trinta aldeias do Serigi e se fosse daquela maneira haveriam de fugir, com medo, como acontecera.<sup>29</sup>

Foi nesse ponto que entrou em choque o “acordo” de convivência entre os dois fortes elos da religião e da economia na sociedade colonial. A obra catequética entrava em contradição com os interesses dos colonos da localidade. Dessa maneira, a fé foi deixada de lado e a espada foi, então, a arma da vez para efetivamente se conquistar as terras acima do Rio Real. Anchieta apresentou sua decepção por conta da luta imposta pelas tropas de Luís de Brito:

Estava o gentio de Cirigi todo quieto com a paz que o Padre tinha dado, e com a igreja que lhe tinha feito: tomou o Demônio para instrumento do que pretendia a um mameluco, o qual se foi a algumas das ditas aldeias, dizendo-lhes que olhassem o que faziam, que o Padre os enganava, que não cressem o que lhes o Padre dizia, que os ajuntava para serem escravos, e que já no mar tinha alguma gente junta para os irem amarrar. Isto dizia o mameluco pelos Portugueses que estava na barra do rio, que foram com o Padre, e como esta gente facilmente crê o que lhe dizem, principalmente se é coisa de medo, e eles sabiam bem como os Portugueses tinham tratado ao todos os vizinhos, e viam, que no mar estava os Portugueses como lhes o mamelucos dizia, levantaram-se todos, e parte dos da igreja de S. Paulo, ficando alguns para verem o fim da coisa, e foi quererem os Portugueses ir dar guerra a um principal, que estava no sertão que chamavam Apiripê, e segundo se entendeu depois, mas foi esta guerra com desejo de resolver os que estavam de paz para que mais facilmente houvessem escravos, que por outro respeito.<sup>30</sup>

De acordo com a fala de Anchieta, é perceptível que a “culpa” para o ataque iminente era a fala do mameluco,<sup>31</sup> que teria incutido o medo no gentio. Medo que remonta àqueles primeiros contatos já discutidos,

28 Itália, Archivum Romanum Societatis Iesu (IT ARSI), Bras. 15, 292, *Annuae Litterae ex Brasilia Anno 1576, Carta do padre Fonseca*, 17 dez. 1576.

29 *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LXII (1940), p. 37-377.

30 Anchieta, *Primeiros aldeamentos da Bahia*, p. 42.

quando os portugueses eram tidos como inimigos dos índios que viviam acima do Rio Real. Contudo, o porta-voz do conflito não era nem o europeu, nem o índio, mas o ser que reflete a mistura entre esses dois mundos, o mestiço. Nessa passagem, a sua participação se encontra associada ao diabo.

O mameluco seria um “instrumento” da ação do demônio para destruir o trabalho catequético. Para o inaciano, a luta não era feita pelo choque de interesses entre o português, no apressamento do indígena, e sim tinha um viés simbólico: era uma luta entre o bem e o mal. Isso evidencia e solidifica o papel da ação catequética na localidade, necessária para dissipar a ação do diabo, que não utilizou como “instrumento” o gentio já convertido que vivia na aldeia, mas o mestiço, impregnado pelo pecado.

Anchieta chama a atenção para um tema recorrente quando tratamos da prática catequética: a incredibilidade do gentio. Por muito tempo essa foi vista como obstáculo no processo de conversão. Segundo o jesuíta, “esta gente facilmente crê o que lhe dizem, principalmente se é coisa de medo”.<sup>32</sup> Essa fala reflete a inconstância. Eles adotavam a religião facilmente, mas facilmente também deixam a crença de acordo que o lhes dissessem posteriormente. No entanto, “essa dita inconstância não ficava restrita às questões da fé, mas criou-se no imaginário nacional que foi capaz de impregnar na mentalidade coletiva que crença do indígena é fluida”.<sup>33</sup> Não obstante, o autor conclui:

O problema dos índios, decidiram os padres, não residia no entendimento, aliás ágil e agudo, mas nas outras duas polêmicas da alma: a memória e a vontade, fracas, remissas [...] Do mesmo modo, o obstáculo a superar não era a presença de uma doutrina inimiga, mas o que Vieira descrevia como ‘as ações e costumes bárbaros da gentilidade’ — canibalismo e guerra de vingança, bebedeiras, poligínia, nudez, ausência de autoridade centralizada e de

31 Termo utilizado para “classificar” o filho de um português com uma índia, utilizado também para o filho cuja mãe ou pai eram mamelucos. Figura que vivia no limiar entre o mundo do europeu, nesse caso do português, e o mundo do gentio. Carregavam a cultura e prática desses dois mundos. Comumente, eram bilíngues. O mameluco em muitos momentos entrou em atrito com religiosos por contestar as práticas de conversão, mostrar para o indígena que o interesse dos padres era no apresamento do mesmo e por combater a prática monogâmica imposta pela cultura cristã. Para melhor aprofundamento no papel do mameluco na colonização brasileira, ver Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras*, 3. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

32 Anchieta, *Primeiros aldeamentos da Bahia*, p. 42.

33 Eduardo Viveiros de Castro, *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*, São Paulo, Cosac Naify, 2002, p. 186-187.

implantação territorial estável- e, que os primeiros jesuítas rotulavam mais simplesmente de ‘maus-costumes’.<sup>34</sup>

Com a falta de crença na atuação dos inacianos e ouvindo as boas novas proferidas pelo mameluco, os índios se prepararam para o conflito. Os portugueses enviaram quatro índios no intuito de manter o contato com os gentios aldeados, entretanto os mensageiros não tiveram sorte. Como os índios estavam preparados para o ataque, assim que dois dos mensageiros chegaram à aldeia foram mortos. Com isso, “as vinte oito aldeias da região também declaram guerra aos portugueses”.<sup>35</sup> Iniciavam-se as lutas de conquista das terras acima do Rio Real.

Na Capitania de Sergipe Del Rey nota-se que as primeiras tentativas de erigir aldeamentos entraram em atrito com os objetivos dos proprietários de gado da região. O atrito prejudicou diretamente as atividades de catequese. As tropas do governador Luís de Brito, nos idos de 1575, incentivadas pelos donos de terra da região do Recôncavo, marcharam rumo ao território de Sergipe. As missões foram destruídas e muitos índios foram mortos, enquanto outros se tornaram prisioneiros. O estado português passou a contabilizar os lucros com a conquista de Sergipe: o combate à pirataria francesa, o domínio das tribos indígenas que resistiam à colonização, a comunicação entre as Capitanias do norte e sul, “bem como a expansão dos pastos para o gado”.<sup>36</sup> Anchieta descreve a captura dos gentios na aldeia de São Tomé:

Chegando o governador com a demais gente à igreja de S. Tomé, soube como Curubi era ido de usa aldeia; mandou logo após ele gente de guerra, o qual acharam com sua gente em um mato assentado, e sentido ele que os Portugêses iam em sua busca, fez uma cerca de ramos, que eles costumam fazer, quando andam por terras de contrários: houve alguma escaramuça de flechas, e ali foi morto por desastre o Curubi com pelouro de uma espingarda, e os seus se deram, ainda que não faltam homens de boas consciências, que digam que os tais se entregaram debaixo da palavra do capitão, dizendo que se entregassem por paz, e que os trariam para as igrejas, não lhes nomeando serem escravos, e com isto se entregaram, por onde os trouxeram todos cativos, e chegando à igreja de S. Tomé o governador fez cárcere dela, em que mandou recolher toda aquela gente que traziam para

34 Castro, *A inconstância da alma selvagem*, p. 188-189.

35 Anchieta, *Primeiros aldeamentos da Bahia*, p. 43.

36 Nunes, *Sergipe Colonial I*, p. 27.

dali serem repartidos, guardando-os sempre sem o Padre lhe o poder impedir; e tal ficou a igreja depois, que para nela dizerem missa foi necessário cavá-la um palmo, para tirar o mau cheiro e sujidade dela.<sup>37</sup>

O inaciano registrou em sua carta como o projeto catequético foi destruído pelo “pelouro de uma espingarda”. Seu relato se encontra permeado pela descrição de um indígena frágil e despreparado para o combate, utilizando das mesmas técnicas simples que usava contra os seus pares e que não foram suficientes para a batalha contra o português. Na guerra contra o europeu, a “escaramuça de flechas” não conseguiu impedir a ação destruidora da arma de fogo. Nesse relato, Anchieta expõe, ainda, que o projeto de aproximação com os índios havia alcançado êxito. Ao passo que o gentio só havia se entregado por conta da promessa de que não o tornariam escravos e seria devolvido ao padre da igreja de São Tomé, o que não ocorreu.

A guerra transformou a escrita do inaciano. Refletiu o caráter sombrio, e para ele triste e lastimável, que mata o sujeito, o gentio, e aniquila também a pratica de catequese, ao ponto do padre ficar inerte perante a ação do conquistador. A guerra tinha outra particularidade: conseguia impregnar o local com um odor e uma sujeira. O embate também destruiu a localidade:

Não se pode dizer os agravos e medos, que foram feitos aos Índios de S. Tomé e de Nossa Senhora da Esperança em todo o tempo que o governador e mais Portugueses ali estiveram, porque não ficou mantimento, nem legumes, nem galinha, nem coisa alguma que não destruíssem, até lhes tomarem suas contas, que é toda sua riqueza, nem lhes ficava machado ou foice, que lhes não tomassem; e nisto parou aquela grande conversão, que se aparelhava naquela terra, e os Índios do Cirigi ficaram de guerra até agora.<sup>38</sup>

Várias foram as tentativas de incorporação do território de Sergipe às demais possessões portuguesas, marcadas principalmente pelos conflitos entre os portugueses, os colonos e os membros da Companhia de Jesus. A atuação dos jesuítas na localidade colocava em xeque os interesses da coroa e dos fazendeiros de gado da região, pois os padres proibiam a escravização dos indígenas. A conquista foi possível a partir da união entres

37 Anchieta, *Primeiros aldeamentos da Bahia*, p. 45.

38 Anchieta, *Primeiros aldeamentos da Bahia*, p. 15-6.



os proprietários de terra, dentre os quais se destaca a família D'Ávila, e a coroa portuguesa.

Muitos dos índios fugiram das aldeias de Nossa Senhora da Graça e São Thomé, e outros foram levados por jesuítas para outras aldeias localizadas no sertão da Bahia. Conforme relata o Padre Toloza, na carta de 31 de agosto de 1576, os dois padres e os dois irmãos que habitavam as terras acima do Rio Real levaram alguns dos sobreviventes, em torno de “mil e duzentas almas”, para as aldeias de Santiago e do Espírito Santo, distante cinquenta léguas da aldeia de São Thomé.<sup>39</sup> Convém destacar que havia animosidades entre as tribos, que eram inimigas. Por isso, os índios fugitivos temiam pelo modo que se daria sua inserção na aldeia do grupo rival. A viagem foi longa e cansativa, como relata a carta ânua.

Após esse cenário de destruição das aldeias indígenas, percebe-se que a invasão de Luís de Brito, nos idos de 1575, não deu início ao processo de colonização da região. Com o passar do tempo, os índios que haviam fugido para o interior paulatinamente voltaram a ocupar as terras próximas ao litoral. Abreu apresenta essa primeira tentativa de conquista das terras acima do Rio Real:

Ao norte da Bahia apresenta-se como mais notável o fato da conquista de Sergipe. Desde os últimos tempos de Mem de Sá a empresa afigurava-se fácil, pois não cessavam mensagens pedindo aos padres da Companhia que fossem até lá levar a boa nova. Com os dois jesuítas mandados a este fim partiram soldados e mamelucos, ávidos de escravos, que plantaram a sifania entre os mamelucos e os Tupinambás, e alienaram sua confiança. Todas as desconfianças confirmou o governador Luís de Brito de Almeida no ano 74, fazendo guerra implacável aos índios, aprisionando uns, afugentado outros, devastando aquelas comarcas, por simples desfastio destruídos, poderia crer-se; pois durante cerca de dois decênios quebrou estacionário a obra colonizadora.<sup>40</sup>

A nova congregação religiosa se tornou sujeito do processo de colonização graças à execução da sua política de desbravar o novo continente, na tentativa de “salvar” os infiéis. Desses primeiros contatos se estabelece a penitência, e pelas abdições se estabelece o contato com o sagrado, ao ponto que o sacrifício fosse capaz de apaziguar os desejos da

39 IT ARSI, Bras. 15, 284, *Annuae Litterae ex Brasilia Anno 1683, Carta do padre Toloza*, 31 ago. 1576.

40 Abreu, *Capítulos de história colonial*, p. 100.

carne. Eram os discursos de conquista marcados por um curto período de penitência dos inacianos nas terras acima do Rio Real. A voz doce vai cada vez se dissipando dentro do templo. As conversas paralelas dos fieis foram deixadas de lado, e o tom sereno da voz do orador cedeu lugar ao silêncio.

## **Ato penitencial: a guerra de Sergipe (1590)**

O ambiente foi tomado pelo silêncio sepulcral. Naquele instante o silêncio coletivo foi utilizado para a reflexão também coletiva. Hora de rememorar as ações, as práticas de pecado, os momentos de angústia, sofrimento, alegria e tristeza. Servia como uma confissão coletiva na remissão dos pecados. No nosso ato penitencial, relembramos os impasses, as conquistas e os obstáculos da conversão jesuítica nas terras localizadas entre o Rio Real e São Francisco.

O relato de Gabriel Soares de Souza,<sup>41</sup> intitulado *Tratado descritivo do Brasil*, de 1587, destaca que a região próxima do Rio Real foi, então, povoada pela atuação de Garcia D'Ávila. Relata que no sertão do rio havia muito pau-brasil, que os franceses tinham interesse, entretanto graças "ao governador Luiz de Brito foi então povoado".<sup>42</sup> Souza faz também uma breve descrição da localidade:

Parece que quem tem tamanho nome como o Rio Real, que deve de ter merecimentos capazes dêle, os quais convém que venham a terreiro, para que cheguem à notícia a todos. E começemos na altura em que está, que são doze graus escassos; a barra desse rio terá de ponta a ponta meia légua, na qual tem dois canais, por onde entram navios da costa de quarenta toneladas, e pela barra do sudoeste podem entrar navios de sessenta tonéis, estando com as balizas necessárias, porque tem dois mares em flor; da barra para dentro tem o rio muito fundo, onde se faz uma baía de mais de uma légua, onde os navios têm grande abrigada com todos os tempos, na qual há grandes pescarias de peixes-boi, e de

41 De acordo com Ronald Raminelli, *Viagens ultramarinas*, São Paulo, Alameda, 2008, com a descoberta de novas terras se fazia necessário escrever ao rei, comunicando a cronologia dos acontecimentos, a riqueza encontrada, a geografia da localidade, as potencialidades de comércio e os heróis da conquista. Com esses relatos o observador solicitava ao soberano privilégios, as ditas mercês. A obra de Gabriel Soares de Souza se insere nesse grupo de registros elaborados para agradar ao rei e garantir vantagens econômicas.

42 Gabriel Soares de Souza, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1971, p. 67.

toda a outra sorte de pescado e marisco. Entra a maré por este rio acima seis ou sete léguas, e divide-se em três ou quatro esteiros onde se vêm meter outras ribeiras de água doce. Até onde chega o salgado, é a terra fraca e pouca dela servirá de mais que de criação de gado; mas donde se acaba a maré para cima é a terra muito boa e capaz para dar todas as novidades do que lhe plantarem, na qual se podem fazer engenhos de açúcar, por se darem nela as canas muito bem.<sup>43</sup>

No discurso de Gabriel Soares de Souza (1587) a região do Rio Real é apresentada pela exuberância da natureza e pela diversidade do pescado. O relato apresenta a importância do pioneiro Garcia D'Ávila para exploração da região, mas o que o texto define por povoação da localidade verdadeiramente não existiu: a área apenas passou a ser explorada para fins mercantis. Com o retorno do gentio à localidade, os interesses de colonos e nativos entram em choque, evento denominado por Salvador como traição.<sup>44</sup>

Os indígenas de Sergipe, através de emissários seus, mandaram pedir ao governador geral da Bahia, Manoel Teles Barreto, soldados que os acompanhassem até lá, onde queriam receber a moral do evangelho. A discórdia se plantou nos Tupinambá, que habitavam entre os rios de São Francisco e Real e os da Bahia depois que dali expulsaram os "Tupinais",<sup>45</sup> que, por sua vez, já tinham rechaçado os Tapuias. Esse teria sido o motivo dos índios de Sergipe "pedirem ao governador que garantisse sua passagem por entre aldeias inimigas".<sup>46</sup>

O governador reuniu então um conselho de cinco membros, em que tomou parte Cristovão de Barros, que votou contra a aquiescência do pedido, pois nele não via senão uma alta traição. Não obstante esse voto divergente, o pedido foi satisfeito, em vista das reclamações dos interessados. Barreto enviou cento e cinquenta soldados para acompanhar os jesuítas, os quais, em convivência com as tribos de Sergipe e delas recebendo em aparência as mais sinceras provas de amizade e confiança, foram mortos num ato de traição, concretizando-se assim as suspeitas de Cristóvão de Barros.

43 Souza, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 67-68.

44 Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil (1500-1627)*, 7. ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.

45 Termo utilizado por Freire, *História de Sergipe*, p. 77.

46 Freire, *História de Sergipe*, p. 78.

Foi essa a segunda missão feita em Sergipe. Para Frei Vicente Salvador, a conquista de Sergipe “estava atrelada à traição dos índios” daquela localidade. No capítulo décimo sétimo, intitulado “De uma grande traição que o gentio de Cerezipe fez aos homens da Bahia e a Guerra que o Governador fez aos Aimorés”, relata que o gentio solicitou o envio à sua aldeia de padres da Companhia de Jesus para doutriná-los, como também soldados para que os acompanhassem e defendessem o caminho dos inimigos. Houve uma reunião do Governador Geral, Manuel Teles Barreto, com uma junta de oficiais da câmara. Naquela reunião o então provedor-mor da Fazenda, Cristóvão de Barros, relatou que poderiam dar o que foi solicitado pelo gentio, excetuando-se os soldados. Apesar da opinião contrária do provedor-mor, foram cedidos 130 soldados europeus e mamelucos.

E nesta forma caminharam por suas jornadas mui breves e descansados até Cerigipe, e se posentaram nas suas aldeias, repartidos por suas casa e ranchos com tanta confiança como se estiveram nesta cidade e em suas próprias casa, deixando as armas às concubinas, e indo-se a passaer de umas aldeias pêra outras com um bordão na mão, as quais lhe entupiram os acabuzes de pedras e betume, e tomando-lhe a pólvora dos frascos lhos encheram de pó de carvão. E feito isto, vieram uma madrugada, gritando aos nossos que se armassem, que vinha outro gentio seu contrário, sendo que eles mesmos eram os contrários e, como os nossos estivessem tão descuidados e se não pudessem valer das armas, ali forma todos mortos como ovelhas ou cordeiros, sem ficarem vivos mais que alguns índios dos padres, que trouxeram a nova.<sup>47</sup>

Os impasses permaneceram nessas terras, tanto que em março de 1588 o governador Geral, Francisco Givaldes, estabeleceu no regimento que deveriam fazer guerra com os gentios da costa sergipana, castigá-los e lançá-los fora da terra. A partir do discurso da guerra justa a região foi novamente invadida por tropas portuguesas.

Os criadores de gado passaram a estimular as guerras intertribais com o intuito de conseguir mão de obra. Essas guerras acirraram as disputas por terras e, no contexto de conflito, no Natal de 1589 as tropas de Cristóvão de Barros chegaram às proximidades do Rio Ithanhy. As tropas utilizaram da

47 Salvador, *História do Brasil*, p. 249-250.

violência para o extermínio dos principais líderes dos gentios, ao passo que, no início de 1590, “lhe mataram mil e seiscentos e cativaram quatro mil”.<sup>48</sup> Frei Antônio de Santa Maria Jaboatan escreveu um texto, publicado em 1761, utilizando um documento da conquista no qual apresenta as mudanças no sítio inicial da cidade de São Cristóvão:

Veyo Chistovão de Barros a conquistar esta Capitania, passou o Vaza-barris, onde chamão a passagem Velha, e atacando a aldêa de Mahapena, sita na varge desta cidade, e defendida de forte, e dobrada estacada, a bateo com artilharia, e a ganhou, depois do rio combate. Depois desta Victoria continuarão os nossos a conquista do Paiz, que estava despovoado de muitas aldeãs, que todas deixarão os índios fugindo para o sertão. Desocupada a terra de bárbaros, fundou Chistóvão de Barros a cidade, junto do Rio Seregippe perto da barra, com o nome de S. Christóvão, do qual sito a mudarão os moradores para a barra do Poxim em hum outeiro a trnslarão para este onde hoje está.<sup>49</sup>

Quando Cristóvão de Barros fez guerra e derrotou a resistência indígena de Sergipe, em 1590, os louros da vitória tiveram tríplice urdidura: a política, a econômica e a religiosa. A política, com a denominação de São Cristóvão ao lugar do aquartelamento das tropas vencedoras, em honra de Dom Cristóvão de Moura, fidalgo espanhol que cumpria as funções de Vice-Rei em Portugal como preposto de Felipe de Espanha; a econômica, com a distribuição de terras entre os combatentes e colonos que comprovassem dispor de cabedais, através de Cartas de Sesmarias; e a religiosa, com a invocação de Nossa Senhora da Vitória como orago da nova cidade, a primeira de Sergipe:

Está Cerigipe na altura de onze graus e dois terços, por cuja barra com os batéis diante costumavam entrar os franceses com naus de mais de cem toneladas e vinham acabar da barra pêra fora, por ela não ter mais de três braças de baixamar. E assim ficou Cristóvão de Barros não só castigando os homicidas de seu pai, mas tirando esta colheita aos franceses que ali carregar suas naus de pau-brasil, algodão e pimenta da terra, e sobretudo franqueando o caminho de Pernambuco e mais capitanias do Norte pêra esta Bahia e daqui pêra elas, que dantes ninguém caminhava por terra que o não

48 Salvador, *História do Brasil*, p. 254.

49 Frei Antônio de Santa Maria Jaboatan, “Novo Orbe Serafico Brasileiro ou Chronica dos frades menores da Provincia do Brasil — Lisbôa, 1761”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, II, II (1914), p. 49-58.

matassem e comessem os gentios. E o mesmo faziam os aos navegantes, porque ali começa a enseada de Vaza-barris, onde se perdem muitos navios por causa dos recifes que lança muito ao mar e os que escapavam do naufrágio não escapavam de suas mãos e dentes. Donde hoje se caminha por terra com muita facilidade e segurança e vêm e vão cada dia com suas apelações e o mais que lhes importa, sem esperarem seis meses pêra monção, como dantes faziam, que muitas vezes se tinha primeiro resposta de Portugal que daqui ou de Pernambuco.<sup>50</sup>

Frei Vicente do Salvador, em seu relato, descreveu os empecilhos gerados pelos gentios da localidade ao projeto mercantil português. Primeiramente, relata o escambo existente na região entre os indígenas e os franceses de pau-brasil, algodão e pimenta da terra. Outro ponto apresentado foi a comunicação entre a sede do governo e Pernambuco, que relata ter sido muito difícil, sendo possível ter maior facilidade de comunicação com o metrôpole do que dentro da própria colônia. E, por fim, o frade apresentou o conhecimento das intempéries climáticas, necessário para a navegação da região, prática possível apenas a cada seis meses.

Cristóvão de Barros conseguiu executar os interesses da metrôpole e passou a consolidar o processo de colonização. Foram, então, doadas sesmarias à Companhia de Jesus. Inicialmente os membros da congregação ocuparam terras próximas aos rios Real e Vaza-Barris. Em seguida, os padres partiram rumo ao sertão, para as proximidades do Rio São Francisco.<sup>51</sup> Com base na organização das missões jesuíticas, Carvalho Lima Júnior defende a tese de que, como poderosos proprietários de terra, os discípulos de Loyola “dividiram a Capitania em estados teocráticos”<sup>52</sup> para, assim, poder efetivar seus domínios. Nesse sentido, pode-se inferir que a conquista de Sergipe contou com uma forte conotação religiosa, com o ideal cruzadístico do colonizador e das ordens religiosas que adentraram no território.

50 Salvador, *História do Brasil*, p. 255.

51 Entretanto, no século XVII os capuchinhos passaram a assumir o papel de coordenar os aldeamentos do São Francisco.

52 Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior, “Uma página sobre a Companhia de Jesus em Sergipe (1575-1759)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 31 (1992), p. 177-194.

Os primeiros contatos estabelecidos entre os índios e os colonizadores no processo de conquista de Sergipe ocorreram também sob a ótica religiosa dos membros da Companhia de Jesus. Os inacianos tentavam, a partir do processo de conversão, contribuir para tornar mais amistoso o contato. Contudo, apesar do constante esforço dos jesuítas, isso não foi possível; o projeto de Gaspar de Lourenço foi colocado em xeque pelas mudanças dos planos do governador Luís de Brito. Dessa forma, a conquista de Sergipe foi marcada pelo uso da força, que manchou as terras além do Rio Real com sangue e lágrimas da comunidade gentílica.

---

recebido em 28/02/2011 • aprovado em 26/06/2012